

Ass **POLÍTICA**

CONSTITUINTE

Previsão: ela será mais conservadora que o atual Congresso.

Mas há quem aposte que ela tomará o rumo socialista, como o deputado Andrada.

O futuro Congresso será liberal, preservando a iniciativa privada e o direito de propriedade, mantendo, provavelmente, as restrições que sobre ambos faz a atual Carta Magna. Isto porque a Assembleia Nacional Constituinte será tão conservadora ou mais conservadora que o Congresso atual, conforme a previsão de senadores e deputados. Já o vice-líder do PDS, deputado Bonifácio de Andrada, discorda: a questão da socialização do País será um dos grandes temas da futura Constituinte, porque "essa é uma tendência que está adquirindo cada vez maior força, seja

por meio da estatização, como por meio de medidas ligadas ao Plano Cruzado, além de desapropriações no setor rural".

Ele assinalou que, no Brasil, essa tendência não aparece diretamente com o nome de "socialismo", mas o é na sua essência. Ela está "na intervenção sempre crescente do Estado na economia, como ainda agora se vê com o Plano Cruzado". Para Bonifácio, o ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, "é pública e notoriamente socialista-marxista".

Para fazer face a essa tendência, no entender do deputado, "pa-

ra permitir que o Brasil continue vivendo sob um regime democrático, é preciso que todos os interessados empunhem a bandeira da liberdade econômica, da livre iniciativa".

"Acho muito difícil termos democracia política, liberdade política — acrescentou — com o País inteiramente estatizado nos seus instrumentos, na sua vida econômica. E se o governo continuar seguindo esse rumo, que ele nega, mas que é uma realidade, vamos cair numa sociedade socialista. Quanto menor for a presença da propriedade privada, maior será a

ação e o avanço das idéias socialistas".

Nesse sentido, Bonifácio de Andrada acredita que a tendência socializante permeia todo o governo, embora essa não seja a ideologia do presidente José Sarney nem de vários de seus ministros. Citou o caso do ministro Jorge Bornhausen, da Educação, do PFL, "é mais que um democrata, um liberal, mas está subordinado a uma equipe técnico-burocrata de tendência socializante", disse.

Pluralista

Já o professor de Direito Constitucional, o antigo líder do PDS no Senado, Aloísio Chaves acha que "a orientação da Constituição será democrática, estruturando uma sociedade aberta, livre, pluralista e baseada na justiça social. E, para assim se organizar, terá de podar os excessos do regime capitalista, diria melhor, do neocapitalismo contemporâneo".

"Será uma Carta Magna de centro, apoiando a livre iniciativa e a propriedade privada. O País não comporta Constituição de direita nem de esquerda", emendou o se-

nador José Afonso Sancho (PDS-CE), suplente de Virgílio Távora, hoje licenciado.

"Espero que seja sensata", disse, sumariamente, o senador Luiz Cavalcante (PFL-AL), que está encerrando o seu segundo mandato.

Prevê Gastone Righi, líder do PTB na Câmara: "A futura Constituição não será de direita, porque terá preocupações sociais, nem constituirá retrocesso em relação à de 1946. Vai ser tipicamente de centro".

Para o 1º vice-presidente da Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), a Constituinte vai ser de feição conservadora por causa da influência do poder econômico na eleição. "Gostaríamos que ela fosse liberal porque corresponderia melhor à média do pensamento brasileiro."

"A próxima Constituição será pragmática, enxuta e não programática, quanto ao tamanho. Vai ser misto de conservadora e socialista, embora muito socialista", na avaliação do senador Moacir Duarte (PFL-RN).

"Continuando a campanha no ritmo em que vai, com empresários, latifundiários, pecuaristas fa-

zendo 'caixinha', vamos ter uma Constituinte muito mais conservadora e mais reacionária que o atual Congresso", opinou o deputado Djalma Bom (PT-SP).

O ex-líder do PMDB, Freitas Nobre, ponderou: "A feição doutrinária da Constituição vai depender de uma só coisa, da conscientização popular de que os candidatos, apenas apoiados em seu dinheiro, sejam rejeitados pelo eleitorado. De outro lado, é importante que o eleitorado baseie seu julgamento pelo passado e pelo trabalho do candidato, e menos nos processos eleitorais demagógicos, articulados para induzi-lo ao erro".

Prevê o deputado Ayrton Soares (PMDB-SP) que o próximo Congresso vai ser mais conservador do que o atual. "O processo eleitoral está sendo alcançado pela utilização do poder econômico e pelos grandes interesses econômicos em jogo na Constituição. Os deputados e senadores serão personalidades importantíssimas. Daí o interesse da plutocracia pelo pleito. Temos culpa, nós parlamentares, porque não cuidamos, a tempo, de coibir eficazmente os abusos do poder econômico", ressaltou o deputado.